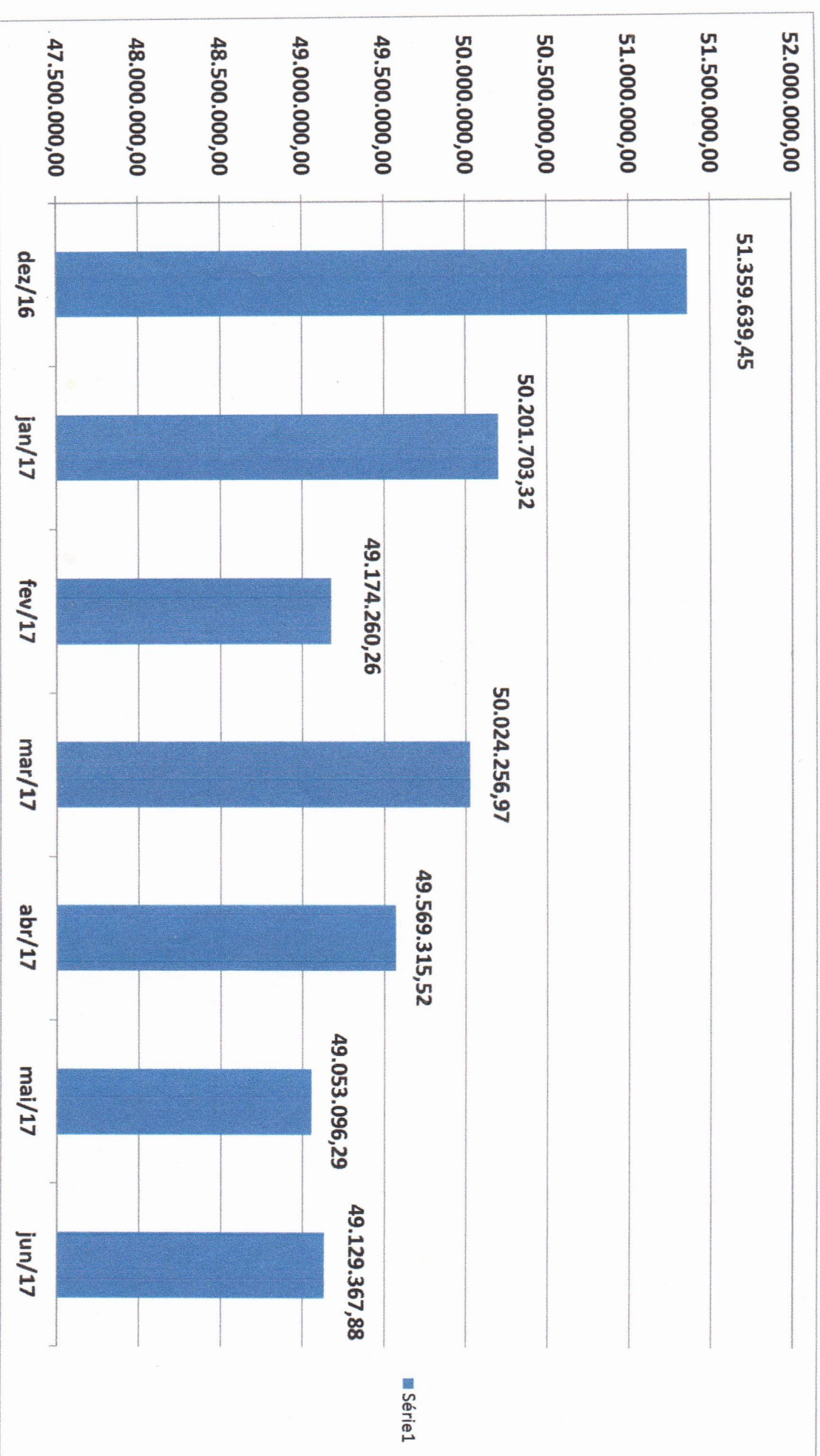


EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (em milhões de reais) - 2016 -2017

dez/16	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17
51.359.639,45	50.201.703,32	49.174.260,26	50.024.256,97	49.569.315,52	49.053.096,29	49.129.367,88





MUNICÍPIO DE MOSSORÓ
Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró
PREVI-MOSSORÓ

Débitos Servidor e Patronal até 05/09/2019

DÉBITO PATRONAL E SERVIDOR			
MESES	SERVIDOR	PATRONAL	TOTAL GERAL
ago/18		1.851.790,63	1.851.790,63
set/18		1.895.838,79	1.895.838,79
out/18		1.877.485,45	1.877.485,45
nov/18		1.808.047,82	1.808.047,82
dez/18		2.082.872,89	2.082.872,89
jan/19		1.902.977,60	1.902.977,60
mar/19		1.990.751,26	1.990.751,26
abr/19		1.776.584,59	1.776.584,59
mai/19		1.701.665,64	1.701.665,64
jun/19		1.844.228,47	1.844.228,47
jul/19	1.336.401,73	1.824.884,68	3.161.286,41
TOTAL	1.336.401,73	20.557.127,84	21.893.529,56



MUNICÍPIO DE MOSSORÓ
Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró
PREVI-MOSSORÓ

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

MESES	VALORES
novembro-17	R\$ 3.166.040,84
dezembro-17	R\$ 2.618.666,26
janeiro-18	R\$ 1.942.338,76
fevereiro-18	R\$ 1.578.316,39
março-18	R\$ 2.367.951,07
abril-18	R\$ 1.484.240,87
maio-18	R\$ 236.423,54
junho-18	R\$ 1.963.889,09
julho-18	R\$ 267.143,60
agosto-18	R\$ 1.253.713,61
setembro-18	R\$ 1.170.115,99
outubro-18	R\$ 2.335.354,46
novembro-18	R\$ 2.483.618,08
dezembro-18	R\$ 3.171.563,28
janeiro-19	R\$ 1.432.172,08
fevereiro-19	R\$ 929.163,88
março-19	R\$ 1.652.690,15
abril-19	R\$ 1.190.576,40
maio-19	R\$ 555.235,88
junho-19	R\$ 553.498,92
julho-19	R\$ 554.305,34
agosto-19	R\$ 554.305,34
TOTAL	R\$ 33.461.323,83

04/09/2019

REPARCELAMENTO EM 2017 E PARCELAMENTO EM 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

SERVIDOR E PATRONAL em 05 de Setembro 2019

NR ACORDO	QUANTIDADE DE PARCELAS	VALOR DO PARCELAMENTO	QUANT. PARC. PAGAS	PARCELAS PAGAS
01278/2017	01	10.704,39	1 (QUITADO)	12.349,08
01258/2017	200	7.716.265,49	22	933.233,00
01259/2017	200	25.734.547,99	22	3.111.723,79
01338/2017	200	7.898.569,71	22	955.476,85
01238/2017	200	644.976,28	22	78.072,67
01211/2017	200	24.263.060,82	22	2.935.770,34
01229/2017	200	9.198.527,26	22	1.112.536,73
01199/2018	60	23.593.197,05	09	3.667.266,01
TOTAL		99.059.848,99		12.806.428,47

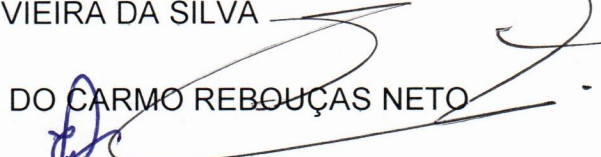


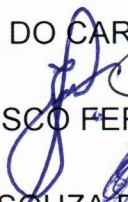
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA - PREVI-MOSSORÓ

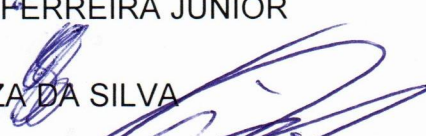
Aos trinta e um de outubro de dois mil e dezenove, às nove horas, na sala de reuniões do Conselho Previdenciário do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró – PREVI Mossoró, sito à Rua Felipe Camarão, 2114, Bairro Doze Anos, estiveram presentes em reunião ordinária os membros do referido Conselho, com exceção da conselheira Maria José Martins Fernandes, que justificou a sua ausência. O presidente do conselho, senhor Luiz Francelino, iniciou os trabalhos. Foi dada a palavra ao senhor Elviro que convidou os membros do conselho para participar do piquenique semestral dos aposentados e passou para a apresentação do demonstrativo financeiro do Previ-Mossoró, onde consta: Evolução patrimonial com saldo em 30 de outubro de 2019 (R\$ 75.610.197,14). Explicou que de setembro para outubro houve uma pequena queda de R\$ 800.000,00 porque a prefeitura não pagou a cota patronal e está devendo parte de agosto. Informou que os pagamentos dos acordos e parcelamentos feitos pela prefeitura de Mossoró estão totalizando o montante de (R\$ 13.951.015,38); as compensações previdenciárias somam até o dia 31 de outubro de 2019 (R\$ 35.030.033,37), destacando que este resultado é fruto do seu trabalho junto ao tribunal de contas; o débito da prefeitura para com o Previ no dia 30 de outubro de 2019 é de R\$ 23.714.317,78 referente a doze contribuições patronais e um mês de contribuições previdenciárias descontadas do salário dos servidores e não repassadas para o Previ Mossoró. O conselheiro Luiz Francelino questionou sobre o andamento da ação na qual o Ministério Público cobra o pagamentos dos débitos da prefeitura e o conselheiro Euviro informou na semana anterior o Ministério Público pediu o débito da prefeitura e que a informação foi dada. Disse também que há um processo junto ao tribunal de contas sobre esse assunto e que o mesmo está nas mãos do conselheiro Carlos Thompson. O conselheiro Luiz Francelino perguntou ao conselho sobre qual atitude tomar sobre o débito patronal de mais de um ano. O conselheiro João Gentil perguntou sobre a receita mensal da previ e o conselheiro Elviro respondeu que deveria ser algo em torno R\$ 4.000.000,00. O Conselheiro João Gentil perguntou o valor da folha de pagamentos do instituto e o conselheiro Elviro respondeu que ultrapassa R\$ 3.300.000,00. O conselheiro João Gentil questionou se há um déficit mensal de R\$ 1.000.000,00 e o conselheiro Elviro disse que sem a prefeitura pagar, esse é o déficit e que este está sendo suprido com as aplicações financeira do instituto, sendo esse o motivo da diminuição do patrimônio em R\$ 800.000,00 de setembro para outubro. O João Gentil que não havia outra saída para os débitos da prefeitura além de refinancia-los. O conselheiro Juliel falou que essa alternativa é perigosa, pois os débitos estão virando uma bola de neve e que pode acontecer de chegar o momento em que nem os parcelamentos serão pagos. João Gentil disse que houveram grandes diminuições de receitas do município e que a situação é preocupante e voltou a afirmar que a melhor saída é parcelar o débito da prefeitura. Juliel falou que essa não é uma boa opção e que estava preocupado, pois compilou

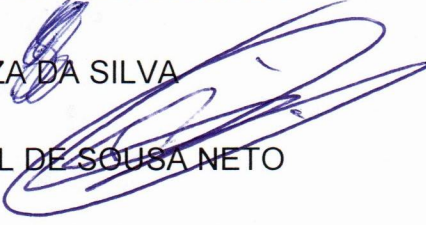
os dados financeiros e fez um gráfico mostrando a composição do patrimônio do instituto de previdência sendo possível constatar que sem as compensações previdenciárias o patrimônio teria diminuído. A conselheira Eliete sugeriu que o conselho não proponha parcelamento, pois o valor parcelado já está muito alto. Juliel disse que deve-se buscar mais qualidade nos investimentos, pois com a queda da taxa SELIC os retornos com renda fixa estão cada vez menores. Elviro concordou. Juliel disse que se o poder executivo, incluindo os gestores anteriores a Prefeita Rosalba, cumpriisse com suas obrigações, o previ Mossoró teria um patrimônio de mais de R\$ 200.000.000,00. Ficou acordado entre os conselheiros que uma comissão composta por membros do conselho para apresentar a situação financeira do Previ Mossoró ao Ministério Público. Eu, Juliel Souza da Silva, lavro a presente ata que será assinada pelos participantes.


ELIETE VIEIRA DA SILVA

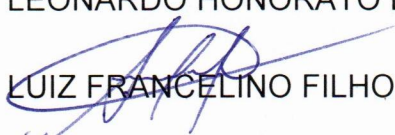

ELVIRO DO CARMO REBOUÇAS NETO


FRANCISCO FERREIRA JÚNIOR


JULIEL SOUZA DA SILVA

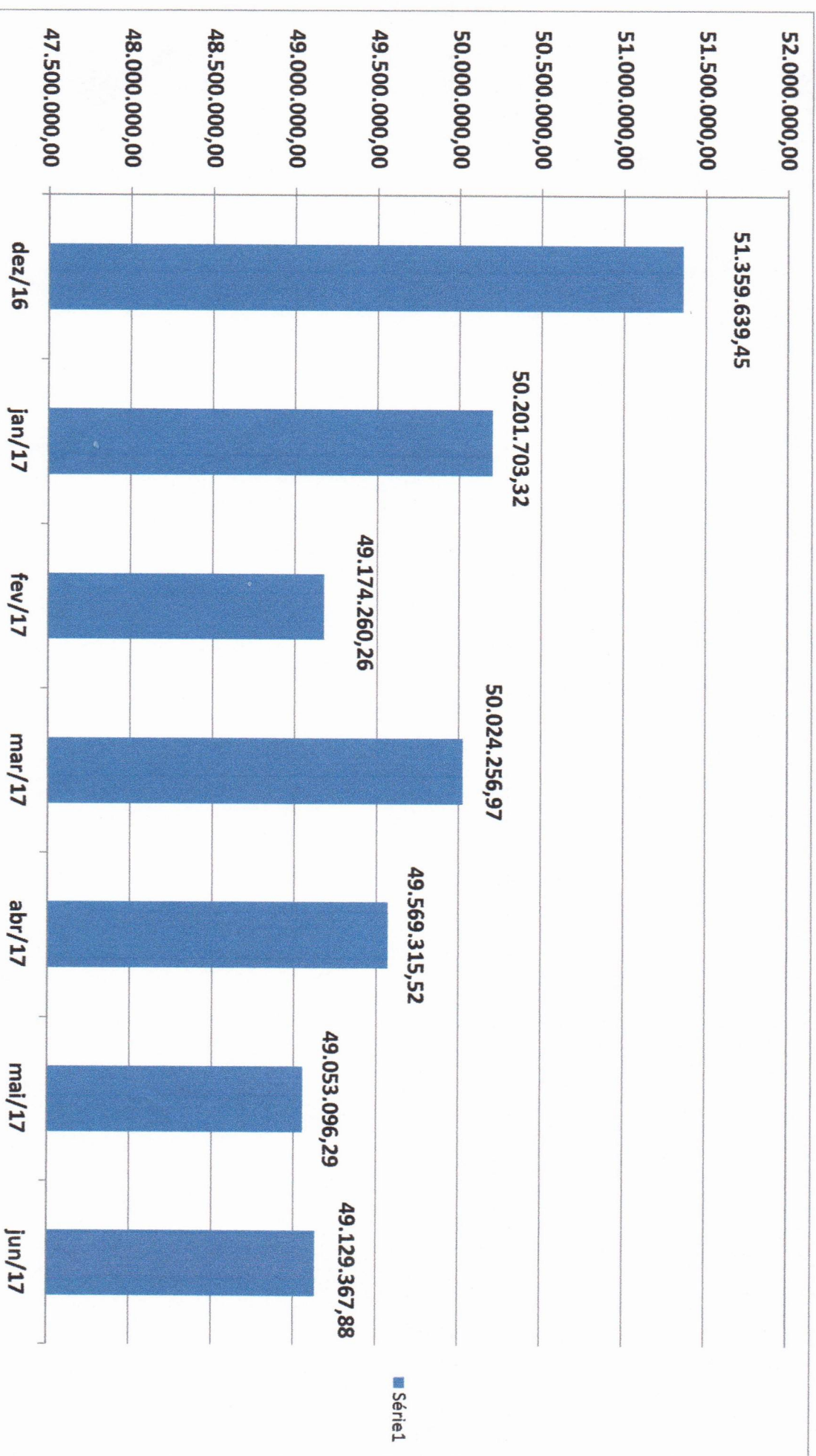

JOÃO GENTIL DE SOUSA NETO

LEONARDO HONORATO DA COSTA

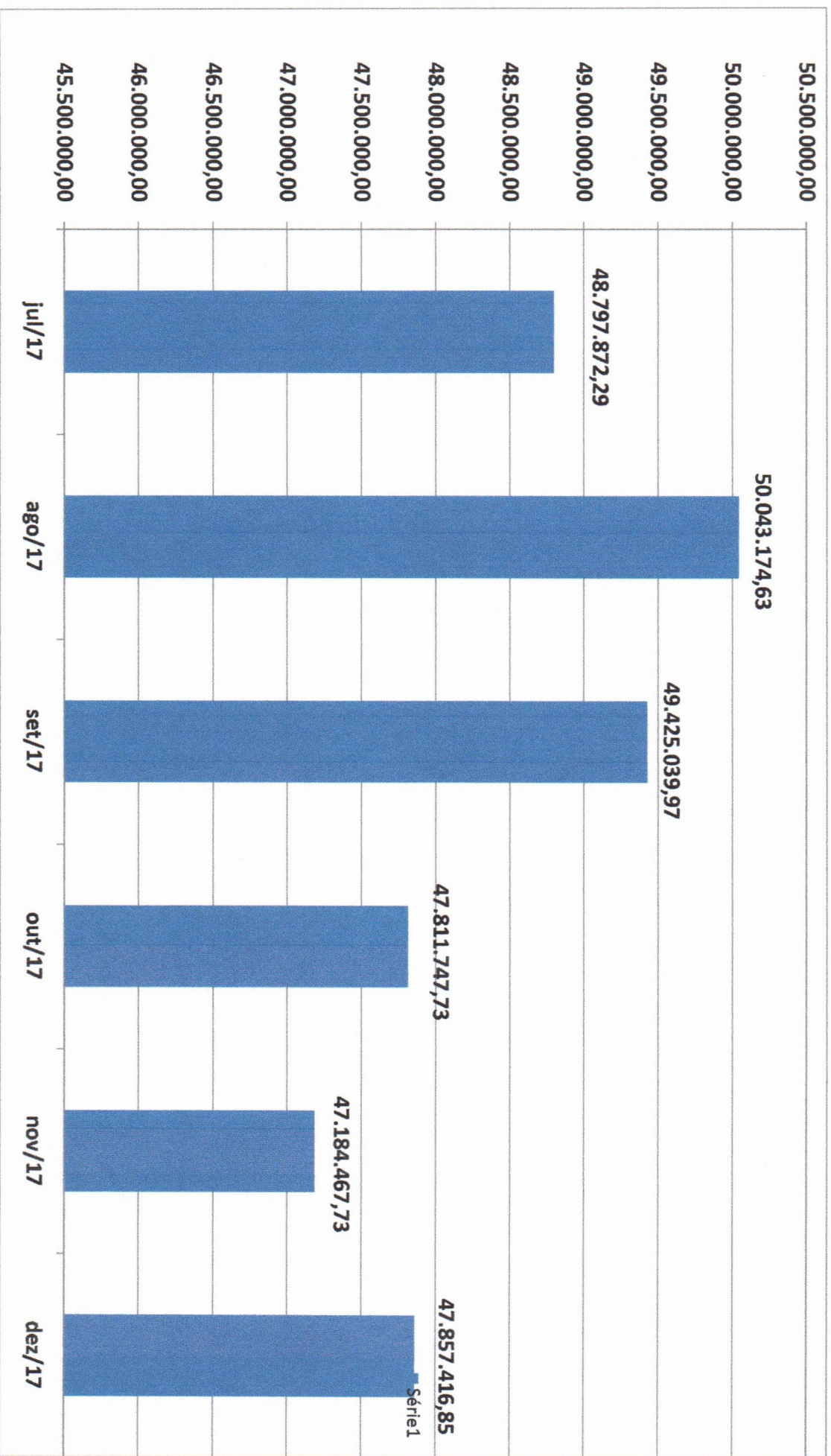

LUIZ FRANCELINO FILHO

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (em milhões de reais) - 2016 -2017

dez/16	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17
51.359.639,45	50.201.703,32	49.174.260,26	50.024.256,97	49.569.315,52	49.053.096,29	49.129.367,88

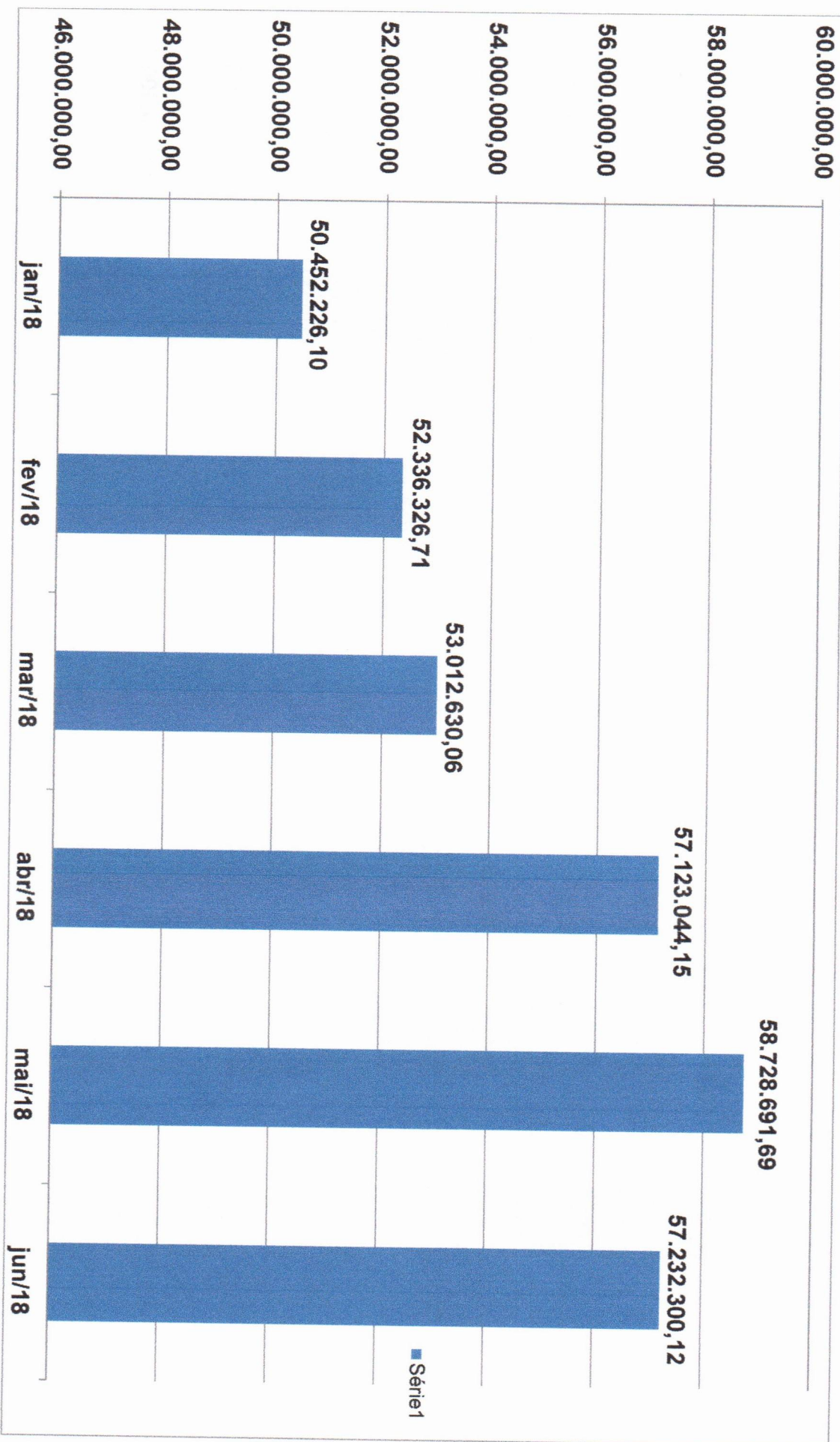


EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (em milhões de reais) 2017					
jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17
48.797.872,29	50.043.174,63	49.425.039,97	47.811.747,73	47.184.467,73	47.857.416,85



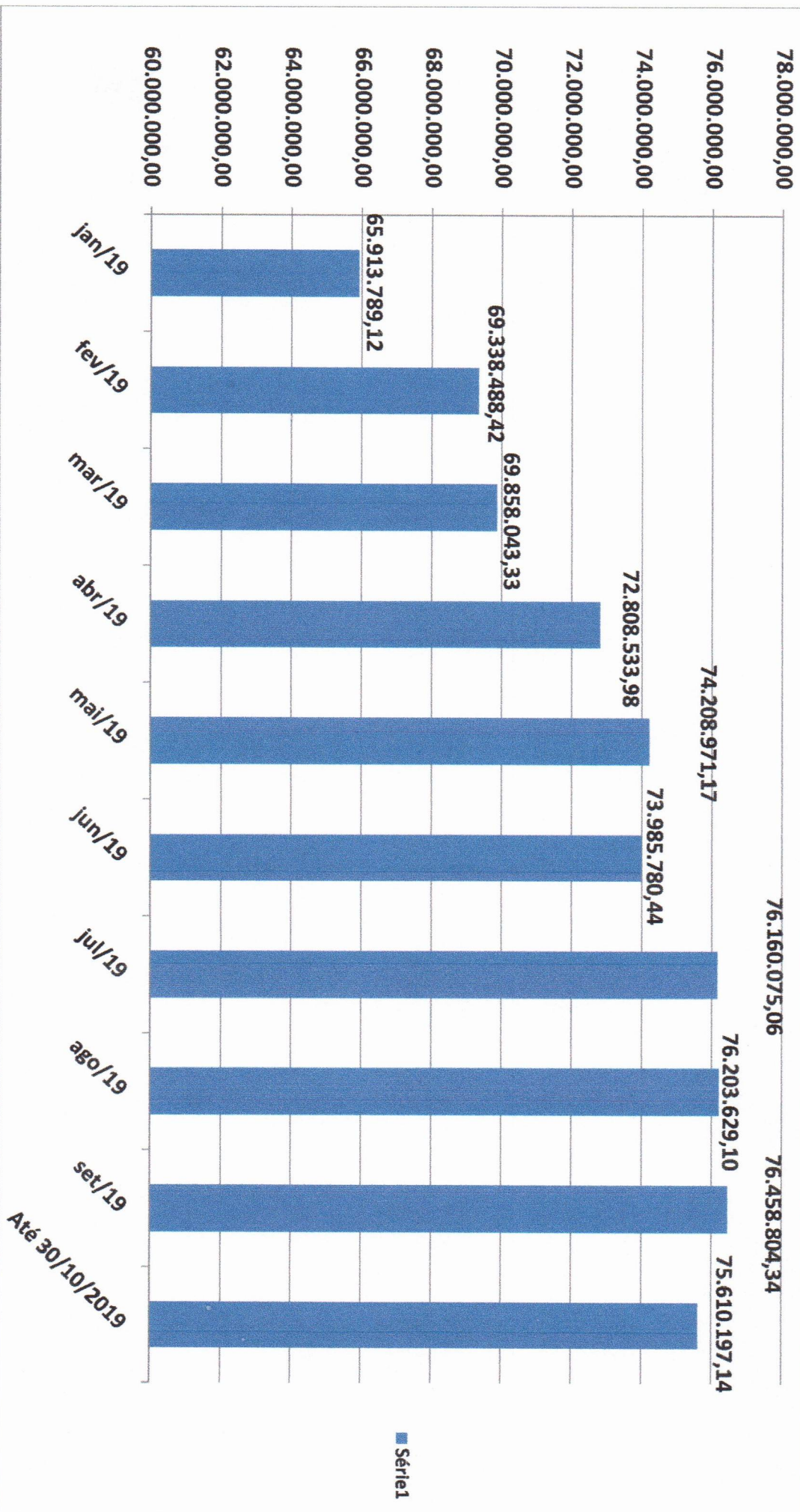
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (em milhões de reais) - 2018

jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18
50.452.226,10	52.336.326,71	53.012.630,06	57.123.044,15	58.728.691,69	57.232.300,12



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (em milhões de reais) - 2019

jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	Até 30/10/2019
65.913.789,12	69.338.488,42	69.858.043,33	72.808.533,98	74.208.971,17	73.985.780,44	76.160.075,06	76.203.629,10	76.458.804,34	75.610.197,14





MUNICÍPIO DE MOSSORÓ
Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró
PREVI-MOSSORÓ

Débitos Servidor e Patronal até 30/10/2019

DÉBITO PATRONAL E SERVIDOR			
MESES	SERVIDOR	PATRONAL	TOTAL GERAL
ago/18		1.882.284,19	1.882.284,19
set/18		1.927.340,64	1.927.340,64
out/18		1.908.977,27	1.908.977,27
nov/18		1.839.221,06	1.839.221,06
dez/18		2.118.472,02	2.118.472,02
jan/19		1.936.405,06	1.936.405,06
mar/19		2.025.754,88	2.025.754,88
abr/19		1.808.124,99	1.808.124,99
mai/19		1.732.181,33	1.732.181,33
jun/19		1.877.020,16	1.877.020,16
jul/19		1.858.274,12	1.858.274,12
ago/19	950.198,76	1.850.063,29	2.800.262,05
TOTAL	950.198,76	22.764.119,02	23.714.317,78



MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró
PREVI-MOSSORÓ

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

MESES	VALORES
novembro-17	R\$ 3.166.040,84
dezembro-17	R\$ 2.618.666,26
janeiro-18	R\$ 1.942.338,76
fevereiro-18	R\$ 1.578.316,39
março-18	R\$ 2.367.951,07
abril-18	R\$ 1.484.240,87
maio-18	R\$ 236.423,54
junho-18	R\$ 1.963.889,09
julho-18	R\$ 267.143,60
agosto-18	R\$ 1.253.713,61
setembro-18	R\$ 1.170.115,99
outubro-18	R\$ 2.335.354,46
novembro-18	R\$ 2.483.618,08
dezembro-18	R\$ 3.171.563,28
janeiro-19	R\$ 1.432.172,08
fevereiro-19	R\$ 929.163,88
março-19	R\$ 1.652.690,15
abril-19	R\$ 1.190.576,40
maio-19	R\$ 555.235,88
junho-19	R\$ 553.498,92
julho-19	R\$ 554.305,34
agosto-19	R\$ 554.305,34
setembro-19	R\$ 1.066.082,95
outubro-19	R\$ 502.626,59
TOTAL	R\$ 35.030.033,37

31/10/2019



Ofício nº 38/2019

Mossoró, 31 de outubro de 2019

Ao Presidente do Conselho Previdenciário do PREVI-Mossoró

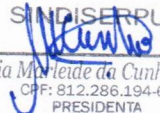
Ilmo. Sr. Luiz Francelino Filho

Assunto: Solicitação de informações sobre os débitos da Prefeitura de Mossoró com o PREVI.

Ilustríssimo Presidente,

Como representante legal dos Servidores Públicos Municipais de Mossoró, solicitamos informações sobre os débitos da Prefeitura de Mossoró com o Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró – PREVI. Requeremos informações do débito em atraso do patronal e dos repasses descontados em contracheque do servidor, bem como a situação do parcelamento e parcelamento de outras dívidas por parte do Município de Mossoró com o PREVI.

Atenciosamente,

SINDISERPUM

Maria Marleide da Cunha Matias
CPF: 812.286.194-68
PRESIDENTA

Maria Marleide da Cunha Matias

Presidenta

AO EXMO(A) SENHOR(A) REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Senhor(a) Promotor(a),

Recbto, 27.11.2019
[Assinatura]
Patrícia Antunes Martins
Promotora-de Justiça

O Conselho Previdenciário do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró – Previ-Mossoró, vem, por intermédio de seu presidente, expor e solicitar o que segue:

É sabido, e amplamente noticiado nos meios de comunicação mossoroense, que o Poder Executivo do Município de Mossoró/RN, tem, de forma reiterada, deixado de repassar as contribuições previdenciárias patronais ao Instituto de Previdência Municipal.

A ausência do pagamento regular das cotas patronais ao Previ-Mossoró tem gerado um débito milionário que cresce em velocidade vertiginosa, de modo que a saúde financeira do Instituto de previdência está, cada dia mais, em risco.

O patrimônio do Previ Mossoró era, no dia **30 de outubro de 2019, de R\$ 78.610.197,14**, conforme relatório da evolução patrimonial em anexo.

No montante financeiro mencionado acima estão incluídas as compensações previdenciárias entre INSS e Previ-Mossoró, que tiveram **início em novembro de 2017 e totalizam R\$ 35.030.033,37**, de acordo com relatório anexo.

Merece destaque o fato de que as compensações previdenciárias tendem a diminuir com o passar do tempo, de modo que não será possível contar com elas para a manutenção da saúde financeira do instituto. Portanto, é imprescindível que os servidores públicos contribuam com o Previ e o poder executivo faça o pagamento regular das contribuições patronais.

Dissecando os dados apresentados até o momento, temos que, do patrimônio total do Previ-Mossoró, **apenas R\$ 43.580.163,77 são provenientes de contribuições previdenciárias.**

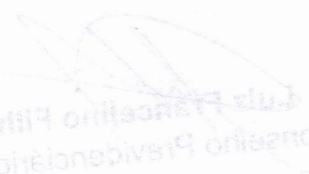
Esse valor é alarmante, posto **que em dezembro de 2016 o instituto tinha R\$ 51.359.639,45 e hoje tem R\$ 43.580.163,77, excluídas as compensações previdenciárias**, que, como foi dito, não devem perdurar por muito tempo.

Convém destacar que o Poder Executivo possui R\$ 85.108.833,61 em débitos parcelados, débito de R\$ 950.198,76 referente a contribuições previdenciárias descontadas dos salários dos servidores e não repassadas para o Previ, e um débito de R\$ 22.764.119,02 referente às contribuições patronais de agosto de 2018 até agosto de 2019. O somatório desses débitos totaliza R\$ 108.823.151,39, ou seja, **o Poder Executivo deve ao Previ-Mossoró mais do que o valor que o instituto tem de patrimônio.**

Não obstante todos os fatos narrados, já se cogia a realização de um novo parcelamento das contribuições patronais em atraso, não repassadas pelo Executivo ao Previ-Mosoró, configurando-se como uma prática contrária à legislação de sucessivos parcelamentos.

Ante aos fatos expostos, o Conselho Previdenciário vem informar e denunciar ao Ministério Público a Prefeitura Municipal de Mosoró, acerca dos débitos do poder executivo para com o Previ-Mosoró para que tome as medidas judiciais cabíveis, e, se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos, ao tempo em que entrega os últimos relatórios financeiros fornecidos pelo Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mosoró.

Respeitosamente,

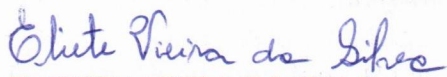

Luis Francisco Filho
Presidente do Conselho Previdenciário do Previ-Mosoró

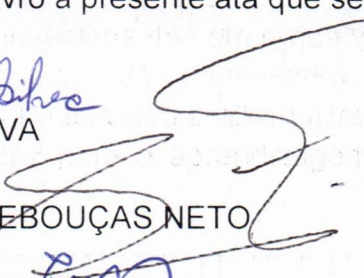
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA - PREVI-MOSSORÓ

Aos dezoito de dezembro de dois mil e dezenove, às quatorze horas e trinta minutos, na sala de reuniões do Conselho Previdenciário do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró – PREVI Mossoró, sito à Rua Felipe Camarão, 2114, Bairro Doze Anos, estiveram presentes em reunião ordinária os membros do referido Conselho. A conselheira Maria José Martins Fernandes, que a sua suplente assumirá sua vaga nas próximas reuniões. O presidente do conselho, senhor Luiz Francelino, iniciou os trabalhos relatando sobre o aprendizado e as experiências adquiridas no congresso de conselheiros. Informou que em reunião com o Ministério público, o conselho de previdência foi colocado a disposição para ajudar a obter o melhor resultado possível na cobrança dos débitos da prefeitura. Informou que o Sindiserpum solicitou informações ao conselho informações sobre a situação financeira do Instituto de previdência e que estas foram repassadas. O Senhor Elviro disse que também recebeu uma correspondência do referido sindicato, mas não a respondeu, pois entende que este está muito bem representado no conselho. A Senhora Eliete disse que como diretora do sindicato e membro do conselho, não se sente confortável em repassar informações por vias não oficiais e por isso recomendou que o pedido de informações fosse feito pelas vias oficiais. O senhor Elviro disse que, no dia anterior, conversou com amigavelmente com a prefeita e ela prometeu que transferiria pouco mais de seiscentos mil reais para o Previ Mossoró no dia 18 de dezembro do corrente ano. Disse que mandou os boletos para a secretária de finanças e esta informou que as contas do município haviam sido bloqueadas. Informou que enviou correspondência onde protesta pelo pagamento do dinheiro prometido e entregou uma cópia da referida correspondência para o conselho. Foi acordado que ficou acertado que os valores recebidos pelo município de Mossoró devido a cessão onerosa, que será creditado no dia 27 de dezembro do corrente ano, serão integralmente repassados para o instituto de previdência. O conselho discutiu sobre o status dos processos judiciais que instituto move contra a Phenom e outros que tem interesse no resultado. Foi dada a palavra ao senhor Elviro que iniciou a apresentação do demonstrativo financeiro do Previ-Mossoró, onde consta: débito da prefeitura para com o Previ no dia 17 de dezembro de 2019 é de R\$ 30.069.469,32; compensações previdenciárias somam até o dia 18 de dezembro de 2019 (R\$ 36.155.880,45) e evolução patrimonial com saldo em 17 de dezembro de 2019 (R\$ 77.297.959,51). Informou que os parcelamentos que vinham sendo pagos em dias começaram a atrasar, gerando um débito de R\$ 1.597.295,88 e que notificou a prefeitura sobre o débito. Eliete disse estar preocupada com as finanças do instituto e reconheceu o empenho de Elviro na busca pelas compensações previdenciárias. Elviro apresentou o parcelamento do débito da prefeitura como uma alternativa para o pagamento da dívida e disse que os parcelamentos feitos pela prefeitura no período em que é presidente do instituto possibilitaram o recebimento de quatorze milhões no caixa do Previ. O senhor Luiz Francelino perguntou se Elviro sabia o motivo do bloqueio das contas da prefeitura e este falou que não sabia, mas que leu na imprensa que tinha relação com uma dívida do município com a maternidade Almeida Castro. O senhor

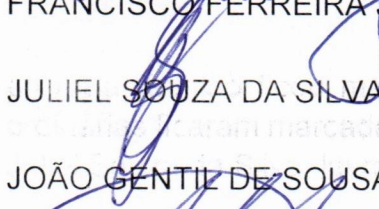
João Gentil pediu a palavra e disse que o conselho deve começar a buscar uma providencia, dando como alternativa realizar o parcelamento da dívida do poder executivo ou discutir sobre acabar a previ e voltar para o INSS, pois não existe uma previdência em dia no país. O senhor Juliel Souza disse que existem sim e que tomou conhecimento de muitos institutos de previdência sem débitos no congresso de conselheiros. Falou que o que existe é uma grande desonestidade dos gestores com os institutos de previdência de modo que a reforma da previdência vetou a criação de novos RPPS. Disse que usam o RPPS para fraudar a previdência social, pois ao INSS ninguém quer dever, mas ao RPPS devem. Elviro disse que se o dinheiro da cessão onerosa não for repassado para o previ, ele entrará na justiça em janeiro para pedir o bloqueio do FPM. O senhor João Gentil deu continuidade a sua fala e apresentou a alternativa de a prefeitura dar bens para quitar débitos. O senhor Juliel Souza disse que foi surpreendido com o tamanho do débito da prefeitura e com o debito dos parcelamentos. Falou que isso só confirma que parcelar não resolve o problema, pois os parcelamentos estão virando uma bola de neve que nem com o FPM dado como garantia é pago. Juliel Souza elogiou a ideia de João Gentil e disse que receber bens como pagamento da dívida é uma boa alternativa. O senhor Luiz Francelino disse que qualquer proposta de parcelamento deve partir do poder executivo e não do conselho. Ressaltou a importância de se buscar uma alternativa para o problema do débito do poder executivo com a Previ. O senhor João Gentil disse que o conselho pode discutir a transferência de bens e sugeriu dois imóveis que poderiam servir para pagar parte do débito da Previ, um deles é a antiga secretaria de trânsito que está localizada quase em frente a antiga igreja do sagrado coração de Jesus, o outro é o armando buá onde tem a festa do bode. Passou-se para a aprovação da política de investimentos. O senhor Juliel Souza disse que leu superficialmente e que encontrou, juntamente com o senhor João Batista, um pequeno erro no que diz respeito à taxa selic atual que deve ser alterada para 4,5%. O Senhor Luiz Francelino disse que os percentuais parecem estar todos de acordo com a legislação aplicável. O senhor João Batista disse que é importante observar que a meta atuarial de 6% mais IPCA não vai ser alcançada com as atuais aplicações financeiras do Previ. Falou que devemos começar aos poucos, mas tendo atenção para o nosso horizonte de liquidez que é bem curto. Explicou que o previ tem um patrimônio de 76 milhões, salientando que nesse valor está incluído R\$ 20.000.000,00 de "dinheiro podre", R\$ 10.000.000,00 aplicado na Caixa Econômica em bons fundos com resgate de parte em 2020 e parte em 2024. Sendo assim deve-se buscar um produto em renda variável com liquidez. Juliel Souza pontuou que pontuou que o ideal seria investir pensando em longo prazo, mas que infelizmente a realidade do instituto não permite. Disse que a recomendação para os institutos de previdência era buscar investimentos em renda variável para conseguir bater a meta atuarial. Falou que também foi recomendado buscar o selo pro gestão ou pelo menos começar a adotar as práticas do pro gestão, pois essa é uma forma de conseguir realizar mais investimentos em renda variável. Eliete Vieira pediu para que fosse realizada a capacitação dos conselheiros para obtenção da certificação em CPA-10. O senhor João Batista deu a alternativa da realização de curso online, pois será mais barato e eficaz para a aprendizagem. Juliel Souza disse que gosta do assunto, se colocou a disposição para ajudar os demais conselheiros e disse que pode disponibilizar as apostilas da AMBIMA, pois elas explicam o conteúdo muito bem. A política de investimentos foi votada e aprovada pela unanimidade dos presentes. A

próxima reunião ficou marcada para o começo do mês de fevereiro. As reuniões ordinárias ficaram marcadas para a primeira semana de cada mês às 9 da manhã. Eu, Juliel Souza da Silva, lavro a presente ata que será assinada pelos participantes.

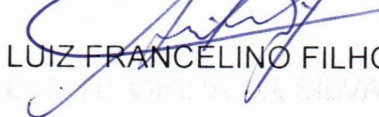

ELIETE VIEIRA DA SILVA


ELVIRO DO CARMO REBOUÇAS NETO


FRANCISCO FERREIRA JÚNIOR


JULIEL SOUZA DA SILVA


JOÃO GENTIL DE SOUSA NETO


LUIZ FRANCELINO FILHO

MARIA JOSÉ MARTINS FERNANDES

ELVIRO DO CARMO REBOUÇAS NETO

FRANCISCO FERREIRA JÚNIOR

JULIEL SOUZA DA SILVA

JOÃO GENTIL DE SOUSA NETO

LUIZ FRANCELINO FILHO

MARIA JOSÉ MARTINS FERNANDES

